

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

PREFÁCIOS GRAMATICAIS PÓS-NGB – ESTABELECENDO CAMINHOS¹

Thaís de Araújo da Costa
araujo_thais@yahoo.com.br

Mestranda
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

“(...) não há censura completamente eficaz: os sentidos escapam e pegam a gente a seu modo”.

*Eni P. Orlandi (As formas do silêncio, 2007:
131)*

A implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em 1959, através de portaria ministerial, provocou mudanças no discurso gramatical brasileiro. Isso porque, embora a princípio fosse uma recomendação para os ensinos fundamental e médio, ela foi interpretada como uma imposição do Estado. De acordo com Baldini (Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1999), os gramáticos que não puderam por algum motivo adequar seus compêndios à terminologia oficial, tornaram-se obsoletos.

Apesar da força dessa “imposição”, o discurso gramatical pós-NGB, assim como todo discurso, é um discurso constitutivamente da ordem do heterogêneo. Isto porque, se por um lado ele tem como pressuposto a homogeneidade, a uniformização dos nomes e, conseqüentemente, dos conceitos gramaticais; por outro lado, para instituir-se enquanto tal, mantém um relacionamento (in)tenso com o discurso gramatical que o precedeu e tem a alteridade presente em sua materialidade. Com essa constatação, evocamos dois conceitos fundamentais à nossa análise: o de *heterogeneidade constitutiva*, formulado por Authier-Revuz (*Palavras incertas – as não-coincidências do dizer*, 1998) e o de silêncio, desenvolvido por Eni Orlandi (*As formas do Silêncio*, 2007).

De acordo com o conceito de *heterogeneidade constitutiva*, tanto o sujeito da linguagem quanto o seu discurso são determinados pela relação estabelecida com a exterioridade, com o Outro. O sujeito, ao ser interpelado pela ideologia, precisa significar a sua realidade, mas, ao fazê-lo, filia-se por

¹ Este trabalho faz parte de minha pesquisa de mestrado, que está sendo desenvolvida sob a orientação da Prof^a.Dra. Vanise Gomes Medeiros.

identificação a uma determinada formação discursiva (FD), a qual irá estabelecer o dizível de acordo com o lugar de onde se fala numa dada conjuntura. Há, portanto, um “isso-fala” que nos antecede e que põe abaixo o mito adâmico da linguagem. Não há sentido original, nem tampouco o sentido está no sujeito. Quando falamos as palavras, todas elas, já têm sentido. E muitos. Antes de o sujeito significar a sua realidade tem-se o que Orlandi (*As formas do silêncio*, 2007) denominou *silêncio fundador*, isto é, a multiplicidade de sentidos, cujo recorte fica a cargo do gesto de interpretação. Gesto este que, como dissemos, se dá a partir da filiação do sujeito a uma FD – estando, portanto, ideologicamente determinado – e que, em decorrência disso, cria para o sujeito a ilusão de que o sentido só pode ser um.

Uma imposição como a que se instaurou com a implementação da NGB consiste, pois, numa tentativa de controle, de estabilização desses sentidos, numa *censura* (ORLANDI, *As formas do silêncio*, 2007) que, sendo constitutivamente da ordem do ideológico, pressupõe o evidenciamento de um sentido uno, antagônico ao(s) silenciado(s), e regula a relação do sujeito com o dizível, impedindo que ele se filie a determinadas redes de sentido. Sendo assim, uma questão norteadora de nosso estudo é compreender como o silêncio divide, significativamente, o que se deve e pode e o que não se deve e pode dizer, produzindo, desse modo, uma configuração para o discurso gramatical pós-NGB.

Antes de darmos continuidade a nossa análise, é preciso destacar dois pontos: 1- os nomes legitimados pela NGB já faziam parte do discurso gramatical e foram escolhidos, conforme as normas de trabalho estabelecidas pela comissão responsável pela elaboração, atendendo a um tríptico aspecto: “a) a exatidão científica do termo; b) a sua vulgarização internacional; e c) a sua tradição na vida escolar brasileira” (“Normas preliminares de trabalho” In: CHEDIAK org., *Nomenclatura gramatical brasileira e sua elaboração*, 1960); e 2- o fato de esses nomes já possuírem uma memória no discurso gramatical não exclui a possibilidade de movimentação dos sentidos.

Explicamos: o silenciamento imposto pela NGB opera, como dissemos, a partir da ilusão de unidade dos sentidos. Entretanto, para que essa “unidade” se estabeleça enquanto tal ela mantém uma relação tensa com os nomes e com os sentidos não legitimados. Sendo a NGB um “esqueleto”, apenas uma lista de nomes sem definições nem exemplos, após a sua implementação foram publicadas várias gramáticas cujo objetivo era dar “corpo” ao esqueleto, ou seja, preencher de sentido o vazio deixado pela terminologia oficial². Como a relação nome-objeto não é uma relação evidente, em que se tem a nomeação direta de algo que está no mundo, e sim opaca, no período pós-NGB que Baldini (Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1999) denominou *interpretativo* alguns nomes legitimados receberam no discurso pós-NGB sentidos diferentes dos que lhes eram atribuídos anteriormente. É com base na apreensão dessa característica dos sentidos que Orlandi (*Terra à vista*, 2008: 26) afirma a sua “errância”. Diz a autora “os sentidos (...) erram, no duplo sentido, porque não representam

² Ao citarmos as palavras “esqueleto” e “corpo”, fazemos menção à forma como a NGB e as gramáticas que a sucederam são significadas em *Pequena Gramática para a explicação da Nova Nomenclatura Gramatical (com exemplificação e trazendo a equivalência dos nomes que foram substituídos; seguida de um índice remissivo alfabético)*, de Adriano da Gama Kury.

moderlamente e porque se movimentam, circulam. Em uma palavras: desorganizam. E também a desordem é constitutiva da identidade do sujeito e do sentido” (ORLANDI, *Idem: Ibidem*).

Essa é, no entanto, apenas uma forma de observarmos a relação entre sentidos pré e pós-NGB. Um outro modo é observando nos prefácios como são determinadas a nomenclatura gramatical pré-NGB e pós-NGB, como podemos verificar no prefácio de Arthur de Almeida Torres, autor da primeira gramática pós-NGB:

Posto que ainda se ressinta de algumas ligeiras imperfeições, o que é compreensível em trabalhos desta natureza, a nova Nomenclatura tem a vantagem incontestável de haver simplificado e unificado os métodos até então adotados entre nós, traçando rumos mais seguros e consentâneos com o progresso da ciência da linguagem.

Seu grande mérito está, pois, em ter acabado com a multiplicidade de processos e classificações individuais, resolvendo um importante problema que tanto torturava os estudantes e concorria para o desprestígio do próprio mestre, que não raro se via embaraçado diante dos mais variados e extravagantes critérios (TORRES, *Moderna Gramática expositiva da língua portuguesa – De acordo com a nomenclatura gramatical brasileira*, Prefácio à 1ª edição [março/1959], 1965: 9)³. [grifos e itálicos meus]

Há, neste fragmento, pelo menos duas posições discursivas antagônicas: uma que reconhece haver “ligeiras imperfeições” na NGB (P1) e uma que reconhece a sua “vantagem incontestável” (P2). Como podemos notar pelo emprego da locução conjuntiva adversativa e pela forma como são significadas a “nova nomenclatura” e a situação em que se encontrava o discurso gramatical anteriormente, P2 se sobrepõe a P1. Em nenhum momento, é dado o direito de fala à posição contrária à proposta do Estado. Tudo o que sabemos de P1 é através de P2, em cujo enunciado está implícita a seguinte declaração de P1: “Na NGB há imperfeições”, a qual se tenta refutar tanto pelo emprego de adjetivos melhorativos para determinar a NGB (*ligeiras imperfeições, vantagem incontestável, grande mérito*), quanto através do desprestígio dos sentidos anteriores, estabelecendo, dado o emprego do pretérito imperfeito e o sentido pejorativo dos verbos e dos sintagmas nominais, que a situação do discurso gramatical precedente à NGB não era mais admissível (“torturava os estudantes”, “concorria para o desprestígio do próprio mestre”).

Em nosso *corpus*⁴, constatamos, ainda que a compreensão de seu funcionamento dependa da análise do nível de identificação dos sujeitos gramáticos para com a proposta do Estado, a repetição de tais sentidos como uma regularidade. Observando as relações parafrásticas, pudemos, então, depreender a relação entre diferentes, entre o mesmo e outro, entre o dizível e o indizível.

³ Entre colchetes colocamos o mês e o ano da primeira edição e nos parênteses a referência à edição utilizada.

⁴ Compõem o nosso *corpus* primário de análise as sete primeiras gramáticas publicadas após a NGB no período que vai de 1959 a 1969, a saber por ordem de publicação após a terminologia oficial: *Moderna Gramática expositiva da língua portuguesa – De acordo com a nomenclatura gramatical brasileira*, de Arthur de Almeida Torres; *Pequena Gramática para a explicação da Nova Nomenclatura Gramatical (com exemplificação e trazendo a equivalência dos nomes que foram substituídos; seguida de um índice remissivo alfabético)*, de Adriano da gama Kury; *Moderna gramática portuguesa: curso médio com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira*, de Evanildo Bechara; *Gramática Metódica da Língua Portuguesa (curso único e completo) – De acordo com a nomenclatura gramatical brasileira*, de Napoleão Mendes de Almeida; *Gramática Normativa*, Rocha Lima; *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa – De acordo com a nomenclatura gramatical brasileira*, Gladstone Chaves de Melo; e *Gramática do português contemporâneo – De acordo com a nomenclatura gramatical brasileira*, de Celso Cunha.

Em trabalho anterior⁵, analisamos o processo de identificação/subjetivação dos sujeitos gramáticos, a partir da análise das relações contrastivas presentes na materialidade dos prefácios. Naquela oportunidade, distinguimos três grupos conforme a identificação com a proposta do Estado⁶: o primeiro grupo é composto por Torres, em que evidenciamos o discurso de identificação ao da NGB – o sujeito aqui está totalmente identificado à proposta do Estado – ; no segundo grupo, composto por Kury, Bechara, Rocha Lima, Melo e Cunha, evidenciamos o discurso de desidentificação – embora os sujeitos se identifiquem à proposta do Estado, há resistência em adotá-la; e no terceiro grupo, composto por Almeida, o discurso de contraidentificação – o sujeito não se identifica com a proposta do Estado, mas acaba adotando-a. Em Almeida, portanto, as paráfrases deslocam sentidos e provocam o distanciamento destes e do sujeito. No prefácio da gramática deste autor, ao contrário do que vimos nas outras, nota-se, pela primeira vez, materializada a voz da posição contraNGB, ou seja, o contradiscurso. Neste prefácio, no que tange à instituição da terminologia oficial, diz-se que o “interesse comercial” é colocado antes do educacional, ao passo que na posição pró-NGB é destacada a sua “relevância didática”. Se, em Almeida, a NGB é significada como “uma autêntica rasteira”, nos prefácios das outras gramáticas ela é vista como um empreendimento cujos propósitos são “dignos de louvor”. Quanto à situação da nomenclatura que antecede a NGB, na posição contra, aquilo que serviria como justificativa para a sua implementação, isto é, a “multiplicidade de processos e classificações individuais” que “torturava os estudantes” e “concorria para o desprestígio” dos professores, é deslocado para “o ridículo número de aulas” voltadas para o ensino da gramática, argumento que desvalidaria a necessidade de unificação na nomenclatura.

Chegamos, assim, no que diz respeito ao funcionamento dos prefácios pós-NGB ao ponto nevrálgico de nossa análise. Os prefácios, embora possam ser de diferentes tipos e tamanhos, de modo geral, buscam limitar os sentidos possíveis para os textos com os quais se relacionam (ORLANDI, *Terra à vista*, 2008: 120), estabelecendo os caminhos que devem ser seguidos pelos gestos de interpretação. Em se tratando dos prefácios das gramáticas pós-NGB, o discurso gramatical revela-se atravessado por diferentes posições que mantêm entre si uma relação de convívio-confronto⁷ e que comparecem em todos os prefácios. Estes buscam, então, estipular as margens dos sentidos que podem e devem comparecer no corpo gramatical ou, nas palavras de Orlandi, “procuram não deixar que ele [o texto] signifique além de certos limites”, procuram ainda “apagar as transformações de sentido trazidas pelo fato de que, na sua materialidade, eles são objetos integralmente históricos (e linguísticos)”, em suma, “procuram impedir que o sentido trabalhe a sua historicidade” (ORLANDI, *Idem*: 120-121). No entanto, ao fazê-lo, fazem exatamente o contrário: se se busca estabelecer a unidade, nos prefácios tem-se a dispersão; se se procura fixar a transparência, neles apresenta-se a

⁵ Cf. “Historicidade, hereterogeneidade e processo de identificação/subjetivação nos prefácios gramaticais PÓS-NGB” In: Seminário Integrado de Pesquisa em Língua Portuguesa, organizado pelo programa de pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, realizado em maio de 2009.

⁶ Nesse trabalho anterior, devido ao espaço, trabalhamos apenas com os prefácios de quatro gramáticos, aqui iremos expor os resultados, incluindo aqueles que não foram mencionados.

⁷ Cf. MARIANI, *Colonização Linguística*. Pontes, 2004.

opacidade; se o objetivo era o evidenciamento de uns sentidos e o apagamento de outros, eles trazem de forma intrínseca a heterogeneidade, a alteridade, enfim, o interdiscurso.